

Águas de Matão S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes.....	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
Águas de Matão S.A.
Matão – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Investigações envolvendo ex-investida e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Companhia, contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes para averiguação do procedimento investigatório instaurado pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), deflagrado em 1º de setembro de 2016 na ex-investida Aegea Engenharia e Comércio Ltda, bem como para a realização de diligências específicas relacionadas à operação deflagrada pela Polícia Federal, em 11 de maio de 2017, na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento, os trabalhos dos contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração não foram totalmente finalizados, de modo que, neste momento, não é possível prever eventuais desdobramentos dessas nas citadas ex-investida e controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

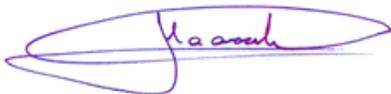
Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sem modificações em 31 de março de 2019.

Campinas, 21 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Águas de Matão S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	570	279	Fornecedores e empreiteiros	10	2.543	3.095
Aplicações financeiras	5	-	1.245	Empréstimos	11	5.900	5.685
Contas a receber de clientes	6	9.803	9.594	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.081	1.183
Impostos a recuperar		688	1.241	Obrigações fiscais		207	196
Instrumentos financeiros derivativos	20	772	742	Imposto de renda e contribuição social		94	-
Outros créditos		86	177	Outras contas a pagar		253	315
Total do ativo circulante		<u>11.919</u>	<u>13.278</u>	Total do passivo circulante		<u>10.078</u>	<u>10.474</u>
Contas a receber de clientes	6	4.836	2.571	Empréstimos	11	34.744	38.926
Ativo fiscal diferido	19	5.704	3.723	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	14.142	8.550
Depósitos judiciais	13	122	123	Provisão para demandas judiciais	13	275	320
Instrumentos financeiros derivativos	20	7.090	5.085	Outras contas a pagar		-	554
Total do realizável a longo prazo		<u>17.752</u>	<u>11.502</u>	Total do passivo não circulante		<u>49.161</u>	<u>48.350</u>
Ativo de contrato da concessão	8	7.952	3.973	Total do passivo		<u>59.239</u>	<u>58.824</u>
Intangível	9	58.637	57.622	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		<u>84.341</u>	<u>73.097</u>	Capital social		37.433	37.433
Total do ativo		<u>96.260</u>	<u>86.375</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		408	(449)
				Prejuízos acumulados		(820)	(9.433)
				Patrimônio líquido		<u>37.021</u>	<u>27.551</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>96.260</u>	<u>86.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	15	50.161	45.126
Custos dos serviços prestados	16	<u>(33.566)</u>	<u>(32.855)</u>
Lucro bruto		<u>16.595</u>	<u>12.271</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	17	(2.861)	(6.524)
Outras receitas operacionais		<u>31</u>	<u>1.412</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>13.765</u>	<u>7.159</u>
Receitas financeiras	18	17.393	19.453
Despesas financeiras	18	<u>(22.531)</u>	<u>(24.221)</u>
Resultado financeiro		<u>(5.138)</u>	<u>(4.768)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>8.627</u>	<u>2.391</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(14)</u>	<u>(1.800)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>8.613</u></u>	<u><u>591</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		2019	2018
Lucro líquido do exercício	Nota	<u>8.613</u>	<u>591</u>
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	20	1.298	185
IR/CS sobre valor justo de derivativos	20	<u>(441)</u>	<u>(63)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>9.470</u></u>	<u><u>713</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		<u>37.433</u>	<u>(571)</u>	<u>(10.299)</u>	<u>26.563</u>
Valor justo de derivativos		-	122	-	122
Ajuste adoção inicial CPC 48 - PECLD		-	-	275	275
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>591</u>	<u>591</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>37.433</u>	<u>(449)</u>	<u>(9.433)</u>	<u>27.551</u>
Valor justo de derivativos	20	-	857	-	857
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.613</u>	<u>8.613</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u><u>37.433</u></u>	<u><u>408</u></u>	<u><u>(820)</u></u>	<u><u>37.021</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		8.627	2.391
Ajustes para:			
Amortização	9, 16 e 17	2.686	2.495
Juros sobre empréstimos	11 e 18	2.370	3.122
Amortização do custo de captação	11 e 20	149	150
Resultado na baixa de intangível	9	2	-
Variação cambial	11 e 18	1.791	7.521
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	18	(757)	(6.067)
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 18	(22)	(901)
Provisão ajuste a valor presente de clientes	6 e 18	1.441	333
(Reversão) Provisão para demandas judiciais	13 e 17	(29)	131
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	(341)	868
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	17	68	(380)
		15.985	9.663
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(3.642)	(3.987)
Impostos a recuperar		553	13
Depósitos judiciais		1	22
Outros créditos		91	(77)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(552)	571
Obrigações trabalhistas e sociais		(102)	172
Obrigações fiscais		11	(4)
Pagamentos de demandas judiciais	13	(80)	(97)
Outras contas a pagar		(616)	192
Juros pagos	11	(2.704)	(6.909)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	(2.336)	(2.952)
		6.609	(3.393)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		1.240	20.490
Juros recebidos	5	21	2.207
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(7.314)	(7.279)
		(6.053)	15.418
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	11	(5.877)	(13.111)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		163	-
Instrumentos financeiros derivativos pagos		(143)	(603)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		5.592	1.362
		(265)	(12.352)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento			
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		291	(327)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	279	606
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	570	279
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		291	(327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, na qualidade de sociedade de propósito específico com sede na cidade de Matão, São Paulo, constituída em 18 de outubro de 2013. Em 14 de fevereiro de 2014 iniciou efetivamente suas operações de acordo com o Contrato de Concessão - Concorrência nº 002/2013 - firmado com a Prefeitura Municipal de Matão – SP.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários no âmbito do município de Matão/SP e seus distritos, excetuando os serviços prestados pela Companhia Matonense de Saneamento, CMS, sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Em 31 de dezembro de 2014, todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto estavam atendidos. A Companhia deve reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados às ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativa a 31 de dezembro de 2018 e divulgada no dia 31 de março de 2019, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guariroba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, justamente com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas na Operação Sevandija, bem como para realizar diligências específicas relacionadas à Operação Lama Asfáltica. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de fevereiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras

a. Receita de contrato com cliente

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a

Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No

reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada, direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa 20.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - Planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos e auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, despesas com comissões bancárias, provisão de ajuste a valor presente de clientes, ajuste a valor presente de clientes, perda com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais passivas e impostos sobre receita financeira. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) *Imposto diferido*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida, a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Normas e interpretações adotadas

As seguintes normas entraram em vigor a partir do exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento anteriormente existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.

(ii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e consideram a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de Imposto de Renda.

A Companhia avaliou o ICPC 22 e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.

p. Novas normas e interpretações

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).

Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

q. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2019	2018
Bancos conta movimento	570	279

O saldo de bancos conta movimento compreende basicamente em depósitos bancários disponíveis.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2019	2018
Fundo de Investimento Safira	93,98% a 98,92% do CDI	Indeterminado	-	1.245

As cotas que foram adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., corresponderam a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivos, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não tem prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras compromissadas foram destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

Movimentação das aplicações financeiras:	2019	2018
Saldo inicial	1.245	23.305
Aplicação	5.123	10.518
(-) Resgate de principal	(6.362)	(31.008)
(-) Resgate de juros	(22)	(2.207)
(-) Incidência de IR	(5)	(264)
(-) Incidência de IOF	(1)	-
Juros no exercício	22	901
Saldo final	-	1.245

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Faturamento de serviços de água e esgoto	13.788	11.886
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.970	1.739
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(1.119)	(1.460)
	14.639	12.165
Circulante	9.803	9.594
Não circulante	4.836	2.571

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2019						Total em 2019
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	1.913	2.337	185	-	15	2.537	4.450
Comercial	443	349	44	-	7	400	843
Industrial	228	120	3	-	-	123	351
Setor público	1.154	643	-	-	20	663	1.817
Subtotal consumidores	3.738	3.449	232	-	42	3.723	7.461
Renegociações (i)	6.036	282	8	1	-	291	6.327
	9.774	3.731	240	1	42	4.014	13.788
Saldos vencidos - 2018							
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	Total em 2018
Residencial	2.036	1.882	204	-	38	2.124	4.160
Comercial	302	282	106	-	47	435	737
Industrial	223	106	26	-	-	132	355
Setor público	239	1.576	1.399	14	20	3.009	3.248
Subtotal consumidores	2.800	3.846	1.735	14	105	5.700	8.500
Renegociações (i)	2.685	391	280	30	-	701	3.386
	5.485	4.237	2.015	44	105	6.401	11.886

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2019 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.094 calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa de 5,92% a.a. (R\$ 653 e 6,02% a.a. em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 1.441 de provisão de ajuste a valor presente (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas está o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro 2019 e 2018:

Natureza	Saldo em 2018	Resultado			Saldo em 2019
		Adições	Reversões	Baixas	
Privado (iii)	(527)	(606)	-	524	(609)
Público	(388)	(1)	324	4	(61)
Renegociações	(545)	(842)	402	536	(449)
	(1.460)	(1.449)	726	1.064	(1.119)

Natureza	Resultado				Patrimônio líquido	
	Saldo em 2017	Adições	Reversões	Baixas	Ajuste na adoção inicial (ii)	Saldo em 2018
Privado (iii)	(712)	(1.511)	1.358	362	(24)	(527)
Público	(69)	(321)	2	-	-	(388)
Renegociações	(227)	(1.781)	353	670	440	(545)
	<u>(1.008)</u>	<u>(3.613)</u>	<u>1.713</u>	<u>1.032</u>	<u>416</u>	<u>(1.460)</u>

(ii) Ajuste do impacto na adoção PECLD conforme requerido pelo CPC 48 registrado na rubrica de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

(iii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

Durante o ano de 2019, o montante de R\$ 996 (R\$ 1.412 em 31 de dezembro de 2018) de títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados e públicos.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2019, as remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores, estão registradas no resultado do exercício totalizando um montante de R\$ 1.188 (R\$ 1.458 em 31 de dezembro de 2018) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas (d)		
Águas do Mirante S.A.	40	122
	<u>40</u>	<u>122</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício (c)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	1.118	1.076
FEAA Participações Ltda.	59	-
	<u>1.177</u>	<u>1.076</u>
	1.217	1.198

	2019	2018
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	-	119
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	110	158
FEAA Participações Ltda. (c)	59	-
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (b)	34	31
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	61	118
	264	426
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas (e)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	14.142	8.550
	14.142	8.550
	14.406	8.976
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados (b)		
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda.	(406)	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	(552)	(593)
	(958)	(593)
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(1.439)	(1.806)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	(369)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(63)	(86)
	(1.502)	(2.261)
	(2.460)	(2.854)
(a)	Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.	
(b)	Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestado pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestado pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	
(c)	Refere-se à contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e FEAA Participações Ltda.	
(d)	Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.	
(e)	Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.	

8 Ativo de contrato da concessão

	2019	2018
Ativo de contrato da concessão	7.952	3.973

Referem-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 9).

	2018		2019	
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	3.973	7.682	(3.703)	7.952

	2017	2018			
	Ativo	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	-	961	7.372	(4.360)	3.973

- (i) A aquisição de ativo de contrato da concessão na demonstração dos fluxos de caixa está líquida de:
- (a) Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$ 304 a uma taxa média de 6,37% a.a. (R\$ 79 e 5,96% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrado a demanda judicial referente a ação de desapropriação para construção de estações de tratamento, no valor de R\$ 64 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	28	3,6%	23.823	(4.867)	18.956	19.807
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 25	4,1%	21.350	(2.965)	18.385	17.392
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30	3,6%	18.001	(2.229)	15.772	13.778
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,9%	3.164	(613)	2.551	2.514
Outros componentes	de 04 a 30	4,7%	3.698	(733)	2.965	4.103
			70.036	(11.407)	58.629	57.594
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	De 03 a 05	24,2%	128	(120)	8	28
			128	(120)	8	28
			70.164	(11.527)	58.637	57.622

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2018		2017	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,3%	23.823	(4.016)	19.807	20.647
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	19.234	(1.842)	17.392	15.691
Edificações de estações de tratamento	de 10 a 30	3,5%	15.394	(1.616)	13.778	12.536
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,7%	3.000	(486)	2.514	2.629
Outros componentes	de 04 a 30	4,6%	4.906	(803)	4.103	4.213
			<u>66.357</u>	<u>(8.763)</u>	<u>57.594</u>	<u>55.716</u>
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			-	-	-	961
			-	-	-	961
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	De 03 a 05	20,7%	128	(100)	28	41
			<u>66.485</u>	<u>(8.863)</u>	<u>57.622</u>	<u>56.718</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2018	2019			Líquido
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	19.234	1.119	-	997	21.350
Edificações de estações de tratamento	15.394	2.607	-	-	18.001
Máquinas e equipamentos	3.000	164	-	-	3.164
Outros componentes	4.906	(187)	(24)	(997)	3.698
	<u>66.357</u>	<u>3.703</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>70.036</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	128	-	-	-	128
	<u>128</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128</u>
	<u>66.485</u>	<u>3.703</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>70.164</u>

Ativo	2017	2018		Líquido
	Custo	Adições Adoção inicial (CPC 47)	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	16.880	-	2.354	19.234
Edificações de estações de tratamento	13.742	-	1.652	15.394
Máquinas e equipamentos	2.992	-	8	3.000
Outros componentes	4.571	-	335	4.906
	<u>62.008</u>	-	<u>4.349</u>	<u>66.357</u>
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	961	(961)	-	-
	<u>961</u>	<u>(961)</u>	-	-
Software				
Licença de uso de <i>Software</i>	117	-	11	128
	<u>117</u>	-	<u>11</u>	<u>128</u>
	<u>63.086</u>	<u>(961)</u>	<u>4.360</u>	<u>66.485</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	2018	2019			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(4.016)	(851)	-	-	(4.867)
Instalações técnicas de saneamento	(1.842)	(849)	-	(274)	(2.965)
Edificações de estações de tratamento	(1.616)	(613)	-	-	(2.229)
Máquinas e equipamentos	(486)	(129)	-	2	(613)
Outros componentes	(803)	(224)	22	272	(733)
	<u>(8.763)</u>	<u>(2.666)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(11.407)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(100)	(20)	-	-	(120)
	<u>(100)</u>	<u>(20)</u>	-	-	<u>(120)</u>
	<u>(8.863)</u>	<u>(2.686)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(11.527)</u>

Ativo	2017	2018	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(3.176)	(840)	(4.016)
Instalações técnicas de saneamento	(1.189)	(653)	(1.842)
Edificações de estações de tratamento	(1.206)	(410)	(1.616)
Máquinas e equipamentos	(363)	(123)	(486)
Outros componentes	(358)	(445)	(803)
	<u>(6.292)</u>	<u>(2.471)</u>	<u>(8.763)</u>
Software			
Licença de uso de <i>Software</i>	(76)	(24)	(100)
	<u>(76)</u>	<u>(24)</u>	<u>(100)</u>
	<u>(6.368)</u>	<u>(2.495)</u>	<u>(8.863)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2019.

Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos dessas alterações no resultado de amortização não tiveram impactos materiais.

10 Fornecedores e empreiteiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.279	2.669
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 7)	264	426
	<u>2.543</u>	<u>3.095</u>

11 Empréstimos

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<i>Loan</i>	Libor + 3,25% a.a.	dezembro/2026	45.836	45.836	<u>40.644</u>	<u>44.611</u>
Circulante					5.900	5.685
Não circulante					34.744	38.926

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2019
2021	5.940
2022	5.940
2023	5.940
2024	5.940
2025 em diante	11.880
	35.640
	2019
Custo de captação (não circulante)	(896)
Total	34.744

Movimentação das dívidas	2019	2018
Saldo inicial	44.611	53.759
(-) Pagamentos do principal	(5.877)	(13.111)
(-) Pagamentos de juros	(2.704)	(6.909)
Provisão de juros (nota explicativa nº 18)	2.370	3.122
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 8, item “i”, letra “a”)	304	79
Variação cambial (nota explicativa nº 18)	1.791	7.521
Amortização de custo de captação do exercício	149	150
Saldo final	40.644	44.611

O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2019 totaliza o montante R\$ 1.047 (R\$ 1.196 em 31 de dezembro de 2018) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no valor de US\$ 14.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (taxa R\$ 3,274). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. Este *Loan* conta com: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A (“Aegea”); (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da Companhia; (iii) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea; e (iv) 15 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou R\$ (618) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A Companhia mantém em seu empréstimo, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas qualitativas e quantitativas referente ao empréstimo estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	12	10
Participação nos lucros	702	817
Provisão de férias	189	183
Encargos sociais	<u>178</u>	<u>173</u>
	<u>1.081</u>	<u>1.183</u>

13 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como se segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	112	119	275	301
Trabalhistas	<u>10</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
	<u>122</u>	<u>123</u>	<u>275</u>	<u>320</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

	2018	Resultado		Pagamentos	Indenizações para Desapropriação (i)	2019
		Adições	Baixas			
Cíveis	301	138	(170)	(58)	64	275
Trabalhistas	<u>19</u>	<u>69</u>	<u>(66)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>320</u>	<u>207</u>	<u>(236)</u>	<u>(80)</u>	<u>64</u>	<u>275</u>

	2017	Resultado		Pagamentos	Indenizações para desapropriação (i)	2018
		Adições	Baixas			
Cíveis	239	177	(53)	(76)	14	301
Trabalhistas	<u>33</u>	<u>93</u>	<u>(86)</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
	<u>272</u>	<u>270</u>	<u>(139)</u>	<u>(97)</u>	<u>14</u>	<u>320</u>

(i) Nota explicativa nº 8, item “i”, letra “b”.

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 145 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2018), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes

acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 74 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem a reclamações trabalhistas referente à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 71 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 122 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2018). Os principais depósitos estão demonstrados abaixo:

- O processo 1008414-23.2019.4.01.3400 se refere à incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 42 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018).
- O processo 1003365-86.2014.8.26.0347 se refere à ação de servidão administrativa/desapropriação que a concessionária entrou contra os proprietários para execução de obras de ETE, EEE de esgoto. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 37 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2018).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social integralizado é de R\$ 37.433 (R\$ 37.433 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 37.432.671 (trinta e sete milhões quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e setenta e um) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
Aegea Desenvolvimento S.A.	0,01%
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	100,00%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos efeitos tributários.

c. Prejuízos acumulados

É constituído por prejuízos acumulados de exercícios anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

15 Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	21.607	18.998
Outros serviços indiretos de água	1.204	1.061
Serviços de esgoto	24.219	21.816
Outros serviços indiretos de esgoto	15	11
Receitas de construção	7.682	7.372
Total receita bruta	<u>54.727</u>	<u>49.258</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(236)	(284)
(-) Impostos sobre serviços	(4.330)	(3.848)
Total da receita operacional líquida	<u>50.161</u>	<u>45.126</u>

16 Custos dos serviços prestados por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(662)	(1.322)
Conservação e manutenção	(671)	(549)
Serviços de terceiros	(648)	(936)
Materiais, equipamentos e veículos	(361)	(356)
Amortização	(2.592)	(2.395)
Créditos de PIS e COFINS	121	131
Custo da concessão	(344)	(329)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(15.407)	(14.013)
Custo de construção	(7.682)	(7.372)
Energia elétrica	(4.064)	(4.415)
Produtos químicos	(140)	(134)
Locação	(803)	(825)
Outros	(313)	(340)
	<u>(33.566)</u>	<u>(32.855)</u>

17 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(230)	(419)
Conservação e manutenção	(95)	(119)
Serviços de terceiros	(1.790)	(2.492)
Materiais, equipamentos e veículos	(84)	(141)
Amortização	(94)	(100)
Créditos PIS e COFINS	5	2
Energia elétrica	(20)	(31)
Reversão (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa	341	(868)
Baixa de títulos do contas a receber	(68)	(1.032)
Seguros	(1)	(16)
Viagens e estadias	(14)	(45)
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	29	(131)
Impostos, taxas e contribuições	(35)	(40)
Locação	(200)	(211)
Publicidade e propaganda	(427)	(626)
Outras	(178)	(255)
	<u>(2.861)</u>	<u>(6.524)</u>

18 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	22	901
Juros e multa recebidos ou auferidos	881	1.074
Variações cambiais ativas	8.457	10.413
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	7.960	7.060
Outras receitas financeiras	73	5
Receitas financeiras	<u>17.393</u>	<u>19.453</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos	(2.370)	(3.122)
Despesas e comissões bancárias	(464)	(508)
Provisão de ajuste a valor presente de clientes	(1.441)	(333)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	(7.203)	(993)
Variações cambiais passivas	(10.248)	(17.934)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(45)	(92)
Outras despesas financeiras	(760)	(1.239)
Despesas financeiras	<u>(22.531)</u>	<u>(24.221)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.138)</u>	<u>(4.768)</u>

19 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está apresentada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	8.627	2.391
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.933)	(813)
Reversão de despesas/despesas indedutíveis	123	(204)
Baixa de títulos do contas a receber	(247)	606
Inovação tecnológica	-	177
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido (i)	-	(1.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	2.976	-
PAT	44	37
Outras diferenças permanentes	23	23
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(2.435)	(2.037)
Diferido	2.421	237
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(14)</u>	<u>(1.800)</u>
Alíquota efetiva	<u>(0%)</u>	<u>75%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2019	2018
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(2.435)	(2.037)
Saldo a pagar referente a anos anteriores	-	(68)
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	(975)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	99	128
Total do IRPJ / CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(2.336)	(2.952)

Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	5	128
Imposto de renda e contribuição social a pagar	94	-
	99	128

(i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	Resultado	Patrimônio	2019
			Líquido	
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	497	(117)	-	380
Provisão para participação nos lucros	278	(39)	-	239
Provisão para demandas judiciais	41	(38)	-	3
Ajuste a valor presente de clientes	222	490	-	712
Instrumento financeiro derivativo	231	-	(231)	-
Variação cambial	2.408	456	-	2.864
Perda com clientes	-	202	-	202
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	660	1.903	-	2.563
Ativo fiscal diferido	4.337	2.857	(231)	6.963
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(207)	(95)	-	(302)
Custo de captação de empréstimos	(407)	51	-	(356)
Instrumento financeiro derivativo	-	(306)	(210)	(515)
Baixa por perda	-	(86)	-	(86)
Passivo fiscal diferido	(614)	(436)	(210)	(1.259)
Ativo fiscal diferido líquido	3.723	2.421	(441)	5.704

	2017	Resultado	Patrimônio	2018
			Líquido	
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	343	295	(141)	497
Provisão para participação nos lucros	224	54	-	278
Provisão para demandas judiciais	29	12	-	41
Ajuste a valor presente de clientes	109	113	-	222
Instrumentos financeiros derivativos	294	-	(63)	231
Variação cambial	153	2.255	-	2.408
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.185	(2.525)	-	660
Ativo fiscal diferido	4.337	204	(204)	4.337

	2017	Resultado		Patrimônio Líquido	2018
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(189)	(18)		-	(207)
Custo de captação de empréstimos	(458)	51	(ii)	-	(407)
Passivo fiscal diferido	(647)	33		-	(614)
Ativo fiscal diferido líquido	3.690	237		(204)	3.723

- (i) O saldo está líquido do montante do imposto sobre as demandas judiciais pagas no valor de R\$ 27 (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a amortização do custo de captação de empréstimos no valor de R\$ 51 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2018).

c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	2.976

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco

é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1.119, representando aproximadamente 7,10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, está provisão era de R\$ 1.460, representando aproximadamente 10,72% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	570	279
Aplicações financeiras	-	1.245
Contas a receber de clientes	14.639	12.165
Instrumentos financeiros derivativos	7.862	5.827
	23.071	19.516

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

2019							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.543	2.543	2.543	-	-	-	-
Empréstimos	40.644	51.224	8.395	8.052	7.691	7.323	19.763
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	14.142	14.142	-	-	-	-	14.142
Outras contas a pagar	253	253	253	-	-	-	-
Total	57.582	68.162	11.191	8.052	7.691	7.323	33.905

2018

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	3.095	3.095	3.095	-	-	-	-
Empréstimos	44.611	57.642	8.400	8.071	7.740	7.393	26.038
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8.550	8.550	-	-	-	-	8.550
Outras contas a pagar	869	869	315	554	-	-	-
Total	<u>57.125</u>	<u>70.156</u>	<u>11.810</u>	<u>8.625</u>	<u>7.740</u>	<u>7.393</u>	<u>34.588</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos. As proteções para tais riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2019	2018
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	-	1.245
Instrumentos financeiros derivativos	7.862	5.827
	<u>7.862</u>	<u>7.072</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos	40.644	44.611
	<u>40.644</u>	<u>44.611</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2019	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Risco Cambial								
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(10.343)	USD	R\$ 4,0307	(1.612)	(2.016)	(2.419)	(1.209)	(806)
Swap – Ponta ativa	10.337	USD	R\$ 4,0307	1.612	2.014	2.417	1.209	806
1 + 2 – Exposição líquida	<u>(6)</u>			<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em
Ativos					2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	570	-	570
Contas a receber clientes	6	-	14.639	-	14.639
Instrumentos financeiros derivativos		7.862	-	-	7.862
Total		<u>7.862</u>	<u>15.209</u>	<u>-</u>	<u>23.071</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	2.543	2.543
Empréstimos	11	-	-	40.644	40.644
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	-	14.142	14.142
Outras contas a pagar		-	-	253	253
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.582</u>	<u>57.582</u>
					2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	279	-	279
Aplicações financeiras	5	1.245	-	-	1.245
Contas a receber clientes	6	-	12.165	-	12.165
Instrumentos financeiros derivativos		5.827	-	-	5.827
Total		<u>7.072</u>	<u>12.444</u>	<u>-</u>	<u>19.516</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	3.095	3.095
Empréstimos	11	-	-	44.611	44.611
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	-	8.550	8.550
Outras contas a pagar		-	-	869	869
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.125</u>	<u>57.125</u>

Hedge Accounting

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2019	2018
<i>Swap</i>	USD 10.316	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	7.862	5.827
Circulante						772	742
Não circulante						7.090	5.085

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 38 a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido 2018	Varição	Patrimônio Líquido 2019
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	(680)	1.298	618
IR/CS diferidos sobre perdas	231	(441)	(210)
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(449)	857	408
	Resultado 2018		Resultado 2019
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 18)	6.067		757

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 4,0307/US\$. O cenário I é a queda do dólar para R\$ 3,2246/US\$, o cenário II é a queda do dólar para R\$ 2,3033/US\$ e o cenário III é a queda do dólar para R\$ 2,0154/US\$.

Administração considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2019. A Companhia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2019. A Companhia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2019		
			Cenário		
			I	II	III
Swap	7.862	Queda USD	(1.084)	(11.307)	(14.502)
		Alta Curva CDI	7.936	8.071	8.133
		Alta Curva Cupom Cambial	6.880	5.071	4.235

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrado abaixo:

Passivos	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Loan	41.691	46.501	45.807	49.687

Os valores justos de empréstimos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI) e para os empréstimos em moeda estrangeira também é utilizado a curva do cupom limpo.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.
A divulgação do valor justo dos empréstimos foi classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2018) para danos materiais, R\$ 100.000 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2018) para responsabilidade civil e R\$ 767 (R\$ 767 em 31 de dezembro de 2018) para executante concessionário.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal referente à taxa de regulação que corresponde a 1% da arrecadação mensal.

23 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
Contador - CRC nº PR034233/O-7